

Educação no Brasil: Experiências, Desafios e Perspectivas 3

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)



Atena
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Educação no Brasil: Experiências, Desafios e Perspectivas 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E24	Educação no Brasil [recurso eletrônico] : experiências, desafios e perspectivas 3 / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Educação no Brasil. Experiências, Desafios e Perspectivas; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-666-9 DOI 10.22533/at.ed.669192709 1. Educação – Brasil – Pesquisa. 2. Prática de ensino. I. Guilherme, Willian Douglas. CDD 370.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Atena
Editora

Ano 2019

APRESENTAÇÃO

O livro “Educação no Brasil: Experiências, desafios e perspectivas” reúne 79 artigos de pesquisadores de diversos estados e instituições brasileiras. O objetivo em organizar este livro é o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios educacionais, sobretudo, das práticas educativas e da formação de continuada de professores.

A obra contém um conjunto de resultados de pesquisas e debates teórico-práticas que propõe contribuir com a educação em todos os níveis de ensino, sobretudo, assuntos relativos à interdisciplinaridade, matemática, arte, gênero, formação continuada e prática escolar.

Os 79 artigos que compõem esta obra foram agrupados em 3 Volumes distintos. Neste 3º e último Volume, são 20 artigos que debatem a Formação Continuada de Professores, fechando com 6 artigos em torno da temática Educação e Arte. No 1º Volume, são 14 artigos em torno da temática Gênero e Educação e 15 artigos sobre Interdisciplinaridade e no 2º Volume, são 25 artigos que debatem sobre a prática escolar em diversos níveis e espaços do processo educacional.

A obra é um convite a leitura e entregamos ao leitor, em primeira mão, este conjunto de conhecimento.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

PARTE 1 - FORMAÇÃO CONTINUADA

CAPÍTULO 1	1
DESAFIOS DA GESTÃO ADMINISTRATIVA/FINANCEIRA NA EDUCAÇÃO DE TEMPO INTEGRAL	
Edilma de Jesus Louzeiro Cruz	
Erisvan Sales Oliveira	
Raimunda Nonata da Silva Machado	
DOI 10.22533/at.ed.6691927091	
CAPÍTULO 2	11
A EXPRESSIVIDADE DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO - DESAFIOS DA PEDAGOGIA UNIVERSITÁRIA E PERSPECTIVAS DA FORMAÇÃO DOCENTE	
Regina Zanella Penteadó	
DOI 10.22533/at.ed.6691927092	
CAPÍTULO 3	24
A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE NOVOS PROFESSORES DURANTE A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO	
Ana Luiza Sobrinha Silva Souza	
Emília Karla de Araújo Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.6691927093	
CAPÍTULO 4	36
A UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA E À MODA DA POLÍTICA IDENTITÁRIA	
Emanuel Oliveira da Costa	
Emelinne Bezerra Tavares	
DOI 10.22533/at.ed.6691927094	
CAPÍTULO 5	43
APROXIMAÇÕES ENTRE AS CIÊNCIAS NATURAIS E AS CIÊNCIAS HUMANAS BASEADAS NA BNCC: O LUGAR DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO NA ESCOLA	
Roberta Dall Agnese da Costa	
Ana Cláudia Reis de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6691927095	
CAPÍTULO 6	54
AS CONCEPÇÕES FORMATIVAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO CEARÁ	
Consolação Linhares de Carvalho Coelho	
Antonia de Abreu Sousa	
Amarílio Gonçalves Coelho Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.6691927096	

CAPÍTULO 7 64

ASPECTOS TEÓRICO-PRÁTICOS DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM PROMOÇÃO DA SAÚDE:
EXPERIÊNCIAS EXITOSAS DA ENFERMAGEM

Antonia de Fátima Zanchetta Serradilha
Elza de Fátima Ribeiro Higa
Dircelene Jussara Sperandio
Marli Terezinha Casamassimo Duarte
Vera Lucia Pamplona Tonete

DOI 10.22533/at.ed.6691927097

CAPÍTULO 8 77

CONTRIBUIÇÕES DA REVISTA EDUCITEC PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
NO AMAZONAS

Wagner Gomes de Oliveira
Carolina Menandes de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.6691927098

CAPÍTULO 9 88

“CRISE DA DOCÊNCIA” E SEUS REFLEXOS NA RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM

Izaque Pereira de Souza
Teresa Kazuko Teruya
Wellington Junior Jorge

DOI 10.22533/at.ed.6691927099

CAPÍTULO 10 98

DA TEORIA À PRÁTICA: UM OLHAR SOBRE AS VIVÊNCIAS EM UM ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Anderson Moisés Barbosa Souza Chagas

DOI 10.22533/at.ed.66919270910

CAPÍTULO 11 105

DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS DA DOCÊNCIA: A NECESSIDADE DA FORMAÇÃO
CONTINUADOS DOS PROFESSORES

Ludimar Pegoraro
Arã Paraguassu Ribeiro
Rodrigo Regert
Kleber Prado Filho
Patrícia de Deus e Silva
Rosana Rachinski D`Agostini
Marissol Aparecida Zamboni
Fátima Noely da Silva
Eliane Baldo Fantinel
Marcelo Ricardo Colaço

DOI 10.22533/at.ed.66919270911

CAPÍTULO 12 117

É POSSÍVEL DESENVOLVER COMPETÊNCIAS E HABILIDADES POR MEIO DE PRÁTICAS LÚDICAS? RELATO DE EXPERIÊNCIA E PERCEPÇÃO DISCENTE DO CURSO DE FARMÁCIA DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL

Lucila Ludmila Paula Gutierrez
Alexsandro Ferreira Guimarães
Camila Silva Martins
Ana Gabriela Pericolo Nunes
Ana Paula Oliveira Barbosa
Paula Pillar Pinto
Marilene Porowski

DOI 10.22533/at.ed.66919270912

CAPÍTULO 13 125

FORMAÇÃO ACADÊMICA: RECONSTRUÇÃO, RESSIGNIFICAÇÃO OU RESGATE?

Juliana Alvares Duarte Bonini Campos

DOI 10.22533/at.ed.66919270913

CAPÍTULO 14 133

HORA-ATIVIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E O TEMPO/ESPAÇO DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Jessica Rautenberg
Rita Buzzi Rausch

DOI 10.22533/at.ed.66919270914

CAPÍTULO 15 141

O ALIMENTO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: DIÁLOGOS ENTRE A FORMAÇÃO DOCENTE, DISCENTE E COMUNIDADE

Terezinha Camargo Pompeo Vinha.
Marcia Reami Pechula

DOI 10.22533/at.ed.66919270915

CAPÍTULO 16 148

O DEBATE ACERCA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Cintya Roberta Oliveira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.66919270916

CAPÍTULO 17 157

O PARFOR E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UMA ANÁLISE NO ÂMBITO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS BRASILEIRAS

Raul da Silveira Santos
Francisco Pereira de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.66919270917

CAPÍTULO 18 168

O PROJETO INTEGRADOR COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DO CURRÍCULO INTEGRADO NOS DOCUMENTOS OFICIAIS DO IFPA

Robson de Sousa Feitosa
Vanderlei Antonio Stefanuto
Soraya Farias Aquino
Alessandra Ribeiro Duarte

DOI 10.22533/at.ed.66919270918

CAPÍTULO 19	181
OS NOVOS DESAFIOS DO ENSINO SUPERIOR: CONTRIBUIÇÕES HUMANISTAS PARA A FORMAÇÃO DO JURISTA	
Pedro Henrique Hermes	
DOI 10.22533/at.ed.66919270919	
CAPÍTULO 20	188
WORKSHOP DE ENSINO COMO ESTRATÉGIA DE FORMAÇÃO DOCENTE: RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Fernanda Klein Marcondes	
Lais Tono Cardozo	
Kelly Cristina Gavião Luchi	
DOI 10.22533/at.ed.66919270920	
PARTE 2 - EDUCAÇÃO E ARTE	
CAPÍTULO 21	195
(DESCONSTRUINDO) ESTEREÓTIPOS: NARRATIVAS EM TORNO DO ENSINO DA ARTE	
Mikael Miziescki	
Marcelo Feldhaus	
DOI 10.22533/at.ed.66919270921	
CAPÍTULO 22	207
10 EDIÇÕES DO <i>ENCONTRO DE EDUCAÇÃO MUSICAL DO INSTITUTO DE ARTES DA UNICAMP</i> : O ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE AS PUBLICAÇÕES GERADAS PELAS COMUNICAÇÕES ORAIS	
Paulo Roberto Prado Constantino	
DOI 10.22533/at.ed.66919270922	
CAPÍTULO 23	215
EDUCAÇÃO MUSICAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO: O MATERIAL DIDÁTICO DE ACORDO COM OS PROFESSORES DE ARTE	
Aline Raquel Costa de Oliveira	
Cassiano de Almeida Barros	
Andreia Miranda Moraes do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.66919270923	
CAPÍTULO 24	223
ENSINO DE ARTES: FRONTEIRAS ENTRE CURRÍCULO E PESQUISA DOCENTE	
Christiane de Faria Pereira Arcuri	
Deise Marins Alcântara	
DOI 10.22533/at.ed.66919270924	
CAPÍTULO 25	234
MÚSICA E EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA BAKHTINIANA	
José Carlos Teixeira Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.66919270925	

CAPÍTULO 26	243
O MATERIAL DIDÁTICO PARA BANDAS DE MÚSICA: REFLEXÕES E POSSIBILIDADES DE USO Fernando Vieira da Cruz DOI 10.22533/at.ed.66919270926	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	253
ÍNDICE REMISSIVO	254

AS CONCEPÇÕES FORMATIVAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

Consolação Linhares de Carvalho Coelho

Instituto Federal do Ceará- IFCE

Mestre em Educação Profissional e Tecnológica

Antonia de Abreu Sousa

Instituto Federal do Ceará- IFCE

Doutora em Educação Brasileira pela
Universidade Federal do Ceará

Amarílio Gonçalves Coelho Júnior

Instituto Federal do Ceará- IFCE

Doutor em Teleinformática pela Universidade
Federal do Ceará

RESUMO: O objetivo desse estudo é identificar as disputas travadas entre os grupos sociais dominantes e dominados pelo controle da formação dos jovens cearenses matriculados nas escolas estaduais de educação profissional. Para tanto, analisamos os discursos sobre as concepções formativas presentes nos seguintes documentos elaborados pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará- SEDUC - O Relatório de Gestão: o pensar e o fazer da educação profissional no Ceará-2008 a 2014 e os Referenciais para a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional da Rede Estadual de Ensino do Ceará (2013). Esses documentos foram analisados a partir dos conceitos de trabalho como princípio educativo, ciências, tecnologia e cultura que são os eixos estruturantes do ensino médio

e que seriam a base para integrar teoria e prática em uma perspectiva de formação total do sujeito, conforme propõem as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Como resultado da análise, observamos que os documentos apresentam discursos antagônicos que defendem, por um lado, uma formação integral do ser humano, mas, por outro lado, apostam na gestão escolar para resultados que se aproxima da lógica do capital. Na prática, esse antagonismo revela as disputas pela formação do trabalhador, exigindo dos profissionais da educação uma posição política quanto aos processos pedagógicos que serão desenvolvidos no sentido de promover uma educação pela libertação do aluno e futuro trabalhador ou no sentido de manter a ordem da sociedade de classe.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Profissional; Integração Curricular e Formação integral.

THE FORMATIVE CONCEPTIONS OF PROFESSIONAL EDUCATION IN THE STATE OF CEARÁ

ABSTRACT: The objective of this study is to identify the disputes between the dominant social groups and dominated by the control of the training of young people from Ceará, enrolled in the state schools of professional

education. For that, we analyze the discourses on the formative conceptions present in the following documents prepared by the Education Department of the State of Ceará-SEDUC: The Management Report: the thinking and doing of professional education in Ceará-2008 to 2014 and the offer of Integrated High School to Professional Education of the State Education Network of Ceará (2013). These documents were analyzed from the concepts of work as an educational principle, science, technology and culture that are the structuring axes of secondary education and that would be the basis for integrating theory and practice in a perspective of total subject formation, as proposed by the Guidelines National Curricula of Basic Education. As a result of the analysis, we observe that the documents present antagonistic discourses that defend, on the one hand, an integral formation of the human being, but, on the other hand, bet on school management for results that approaches the logic of capital. In practice, this antagonism reveals the disputes over the formation of the worker, demanding from education professionals a political position regarding the pedagogical processes that will be developed in the sense of promoting an education for the liberation of the student and future worker or in the sense of maintaining the order of society class.

KEYWORDS: Professional Education; Curricular integration and integral training.

1 | INTRODUÇÃO

A educação profissional no Brasil é um campo privilegiado para se observar as disputas dos setores dominantes e dominados pelo controle do projeto de formação do trabalhador, conforme identificou Antonia de Abreu Sousa (2012) ao analisar a expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciências e Tecnologia-IFs. Este artigo se propõe identificar essas possíveis disputas entorno da formação dos jovens cearenses matriculados nas escolas estaduais de educação profissional, por meio da análise das concepções formativas que orientam o currículo das escolas profissionais do Estado do Ceará.

Para alcançar o objetivo proposto, faz-se necessário uma análise da educação profissional na década de 90 e no início do século XXI, compreendendo a repercussão das políticas nacionais de educação na esfera estadual.

A educação profissional foi disciplinada, em 1996, como modalidade, no Capítulo III (artigos 39 a 42) da Lei de Diretrizes e Base da Educação (Lei nº 9394), atendendo aos interesses do capital na medida em que era destinada a formar aptidões para a vida produtiva, como era expresso, originalmente no art 39: “ A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, às ciências, à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.” (BRASIL, 1996, p. 26).

Nessa mesma perspectiva, foi assinado, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, o Decreto de nº 2.208/1997 que previa, em seu art 5º, uma organização curricular própria para a educação profissional e independente do

ensino médio, bem como estabelecia como objetivo da educação profissional a formação estrita para o desenvolvimento de competências que visavam a atender as necessidades das atividades produtivas.

Em 2003, o cenário da política nacional mudou com a chegada ao poder Executivo Federal de um representante do operariado, Luiz Inácio Lula da Silva, o que possibilitou a mobilização dos setores educacionais, ligados ao domínio da educação e trabalho, e dos sindicatos contra a separação obrigatória ensino médio/educação profissional estabelecida pelo Decreto de nº 2.208/1997.

O resultado das reivindicações foi a assinatura do Decreto nº 5.154/2004 que revogou o decreto de 1997, passando a prevê a integração entre ensino médio e a educação profissional que seria ofertada na mesma instituição de ensino e o aluno teria uma única matrícula. A educação profissional passou a adotar como premissas, em uma concepção oposta aos interesses economicista ou produtivistas que ditavam a política educacional na década de 1990, o trabalho como princípio educativo, indissociabilidade entre teoria e prática e articulação entre áreas da educação, do trabalho, ciências e tecnologia.

No sentido de viabilizar a integração entre ensino médio e educação profissional, foi sancionado o Decreto nº 6.302, de 12 de dezembro de 2007, que implementou o Programa Brasil Profissionalizado que visava “[...] fomentar a expansão da oferta de matrículas no ensino médio integrado à educação profissional, pela rede pública de Educação dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios [...]” (BRASIL, 2007, p 1). Por meio desse Programa, o governo federal repassa recursos para que os entes federativos invistam em suas escolas técnicas no sentido de modernizar e expandir as redes públicas de ensino médio integrado à educação profissional.

As mudanças ocorridas na legislação federal refletiram na organização da educação profissional do estado do Ceará com a expansão das matrículas e unidades de ensino, conforme trataremos a seguir. Entretanto o que buscamos entender, sob a noção dos eixos estruturantes do ensino médio apresentada pela Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica- aprovada em 2010, é como a formação dos estudantes vem sendo compreendida pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará- SEDUC e em que medida se aproxima de uma formação que privilegia a integração entre trabalho e educação ou reforça os interesses do capital.

2 | EDUCAÇÃO NO CAPITALISMO

Para entendermos as concepções formativas da SEDUC, faz-se necessário uma sucinta discussão sobre o papel da escola no capitalismo.

Segundo Mirian Jorge Wande, citada por Kuenzer, no sistema capitalista, a escola reproduz a divisão de classe social por meio da separação entre o trabalho intelectual e trabalho manual, ratificando as desigualdades sociais construída

historicamente:

[...] nas sociedades de classe, no modo de produção capitalista, a escola, como as demais instituições, é perpassada pelos interesses da classe dominante, a escola brasileira cumpre a função de reproduzir as relações sociais dominantes, sob a aparência de uma instituição universal que transmite um saber universal. Sob esta aparência, reproduz a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, localizada que está no polo teórico, separado do polo prático, como consequência da separação existente nas sociedades capitalistas, entre o trabalhador e os meios de produção. (WANDE *apud* KUENZER, 1991, p. 41)

Em especial, a trajetória da educação profissional no Brasil sintetiza a citação acima, uma vez que a educação básica e profissional foram marcadas pela dualidade, sendo a primeira de caráter propedêutico destinada à formação das elites, enquanto a educação profissional de caráter mais instrumental estava direcionada aos filhos da classe trabalhadora (MOURA, 2007).

Dessa forma, a escola, ao separa o trabalho manual do intelectual, aliena o trabalhador de sua capacidade reflexiva, garantindo a internalização dos valores da ordem estabelecida e fortalecendo a própria lógica do capital.

É somente pela recuperação do sentido ontológico do trabalho que será alcançada a libertação do trabalhador. Esse sentido ontológico é entendido na perspectiva marxista em que o homem diferencia-se dos outros animais por meio da atividade consciente do trabalho em que produz os seus meios materiais para a sua existência (MARX E ENGELS, 1998, p. 10).

Frigotto (2015, p.17) adverte que o sentido ontológico de trabalho não pode ser confundido com as modalidades históricas dos trabalhos escravos, servis ou de emprego sob a noção do capitalismo, mas refere-se ao trabalho produtor de valores de uso para atender as necessidades básicas próprias da natureza humana. De acordo com as possibilidades de cada um, o trabalho é um princípio educativo formador do caráter do novo homem para construir uma sociedade sem desigualdade ou exploração, sendo, portanto, o trabalho um dever e um direito ético de todas as pessoas. Nesse sentido, o processo de aprendizagem deve coincidir totalmente com a produção, não havendo separação entre trabalho manual e intelectual, passando a educação a se identificar com a vida das pessoas.

3 | O ENSINO MÉDIO INTEGRADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO ESTADO DO CEARÁ

A Secretaria de Educação do Estado do Ceará-SEDUC aderiu, em 2008, ao Programa Brasil Profissionalizado (Decreto nº 6.302/07) por meio das seguintes ações, realizadas no primeiro semestre de 2008:

1. Assinatura do Compromisso Todos pela Educação, em conformidade com o Decreto n. 6.094/97; 2. Formalização, junto à Secretaria Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), da sua intenção de participação no Programa, cadastrando as informações exigidas no Sistema Integrado de Monitoramento Execução e

Controle (SISMEC); 3. Solicitação, junto ao Ministério de Educação e Cultura, de apoio técnico para realização do diagnóstico e do plano de educação profissional; 4. Envio do diagnóstico e do plano de educação profissional para análise da SETEC; 5. Realização de ajuste no diagnóstico e no plano de educação profissional; 6. Celebração de convênio junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (CEARÁ, 2014.p .17)

Essas ações viabilizaram, no segundo semestre de 2008, a instituição dos Centros Educacionais para a Juventude- CEJOVEM, posteriormente denominados de escolas estaduais de educação profissional (EEEP), quando da criação da Lei Estadual n.14.273, de 19 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial do Estado, de 23 de dezembro de 2008 (CEARÁ, 2014.p .17), estabelecendo:

Art 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar mediante Decreto, na estrutura organizacional na Secretaria da Educação-SEDUC, Escolas Estaduais de Educação Profissional-EEEP, sendo-lhes asseguradas às condições pedagógicas, administrativas e financeiras para a oferta de ensino médio técnico e outras modalidades de preparação para o trabalho. (CEARÁ, 2008.p. 1)

Em cumprimento à lei 14.273/08, foram, inicialmente, implantadas 25 escolas profissionais, em 20 municípios, ofertando quatro cursos e registrando 4.181 matrículas. Após onze anos do projeto inicial, o número de unidades de ensino ampliou para 122, atingindo 95 municípios em todo o Estado e ofertando 52 cursos nas mais diversas áreas de atuação, sendo registrado um crescimento expressivo no número de matrícula que ultrapassou, em 2018, cinquenta mil alunos beneficiados por uma formação profissional integrada ao ensino médio, conforme os dados disponibilizados no *site* da SEDUC.

Esses dados, contrastados com a realidade do ano 2015 da Educação Profissional Tecnológica-EPT de nível médio do Ceará, fornecem os elementos quantitativos para a compreensão do impacto do Programa Brasil Profissionalizado na educação cearense, pois, segundo César Lima Costa (2012,p.98), no referido ano, o número de matrículas nessa modalidade de ensino não ultrapassava de 14.606, indicando apenas 3,5% das matrículas do ensino médio, ou seja, de cada 100 matrículas no ensino médio, apenas 3 ou 4 eram referentes ao nível técnico da EPT no mesmo período. Essas matrículas eram ofertadas majoritariamente pelo sistema S no nível de formação inicial e continuada, enquanto os outrora denominados Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), atuais Institutos Federais, eram responsáveis pela maioria das matrículas no nível tecnológico.

3.1 O pleno desenvolvimento do sujeito como ponto de partida para a análise das concepções formativas das Escolas Profissionais do Estado do Ceará

Para além da expansão no número de escola e de matrículas, as questões centrais que se impõem para análise são referentes às concepções curriculares das escolas profissionais do Ceará, uma vez que:

[...] a educação escolar deve fundamentar-se na ética e nos valores da liberdade,

justiça social, pluralidade, solidariedade e sustentabilidade, cuja a finalidade é o *pleno desenvolvimento de seus sujeitos*, nas dimensões individuais e social de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, compromissados com a transformação social. (BRASIL, 2013. p. 16 grifo nosso)

O desenvolvimento pleno dos sujeitos, conforme prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica (2013, p.161-164), pressupõem a incorporação pelas redes e unidades de ensino de um currículo integrado, estruturado pela noção de trabalho, ciências, tecnologia e cultura, uma vez que tais noções representam as dimensões da formação humana.

Na elaboração de um projeto formativo para o ensino médio, as Diretrizes compreendem o trabalho como princípio educativo a partir da dimensão ontológica, na medida em que:

[...] proporciona a compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente para a transformação das condições naturais da vida e a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos. O trabalho, no sentido ontológico, é princípio e organiza a base unitária do Ensino Médio. (*Ibid*, p. 162)

O trabalho é compreendido como realização inerente ao ser humano, pois é por intermédio do trabalho, diferentemente dos outros animais, que o homem transforma a natureza adaptando-a as suas necessidades. Para tanto, ele se apropria do conhecimento produzido pela humanidade para reformulá-lo e aplicá-lo na mediação de sua existência. Esses conhecimentos sistematizados, produzidos socialmente no curso da história, na busca da compreensão e transformação da natureza e da sociedade, são definidos, pelas Diretrizes, como Ciências, que, por sua vez, ao serem apropriados como força produtiva, sintetizam o conceito de Tecnologia, que representa a “[...] mediação entre conhecimento científico (apreensão e desvelamento do real) e produção (intervenção no real).” (*Ibid*, p. 162).

Esse processo relacional entre ciências e tecnologia originado do trabalho ocorre orientado por uma determinada cultura, que significa um conjunto de normas de conduta de uma sociedade, expressas pelos valores éticos e estéticos, correspondendo às manifestações materiais e simbólicas que constituem o modo de vida de uma população específica (*Ibid*, p.162).

Essas categorias são os referenciais básicos para a organização das atividades interdisciplinares, compreendidas, pelas Diretrizes (2013. p. 184), como abordagem teórico-metodológica direcionada para a integração das distintas áreas do conhecimento, superando a dualidade entre teoria e prática. A partir, desses princípios, analisaremos, na próxima seção, as concepções formativas do ensino médio integrado a educação profissional no Estado do Ceará.

4 | CONCEPÇÕES CURRICULARES DAS ESCOLAS PROFISSIONAIS DO ESTADO DO CEARÁ

O Relatório de Gestão: o pensar e o fazer da educação profissional no Ceará-2008 a 2014 e os Referenciais para a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional da Rede Estadual de Ensino do Ceará (2013) foram os dois documentos analisados, a partir das noções estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica sobre os eixos estruturantes do ensino médio, para compreendermos as disputas pelo projeto de formação da classe trabalhadora no Ceará.

Conforme o primeiro documento supracitado, a integração curricular entre as disciplinas da base comum e as disciplinas técnicas deve ter por base “uma concepção integral do ser humano, que agregue suas diferentes dimensões constituintes com vistas à formação omnilateral dos sujeitos. O trabalho, a ciência e a cultura compõem as dimensões aqui referidas” (CEARÁ, 2014, p.144). Tal concepção é baseada nas Diretrizes Nacionais que compreendem o “Ensino Médio fundamentado na integração das dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura [...], uma vez que materializa a formação humana integral” (BRASIL, 2013, p.190).

Já no segundo documento mencionado, há o detalhamento dos conceitos de cultura, ciências e trabalho, conforme é possível observar:

O trabalho, aqui compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (associado ao modo de produção). É pelo trabalho que seres humanos produzem conhecimento, desenvolvem concepções de mundo, viabilizam a convivência, transformam a natureza, se organizam socialmente e fazem história.

A ciência implica os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilitam, contraditoriamente, o avanço das forças produtivas. Representa os conhecimentos sistematizados e expressos na forma de conceitos representativos da realidade considerada.

A cultura corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta da sociedade. (CEARÁ, 2013, p. 19)

A observância de cada uma dessas dimensões que compõem o ser é fundamental para se constituir uma proposta curricular baseada na concepção de formação integral, pois “[...] é na perspectiva de integração das dimensões da vida humana que se tece a proposta de ensino médio integrado à educação profissional praticada nas Escolas Estaduais de Educação Profissional” (Ibid, p.19)

A noção do trabalho em seu sentido ontológico e a organização curricular a partir dos eixos estruturantes: trabalho, ciências e cultura, aproxima a concepção de ensino/aprendizagem exposta pela SEDUC ao conceito de educação integral proposto pelas Diretrizes Curriculares da Educação Básica que privilegia a formação do aluno para além das capacidades técnicas, garantindo a compreensão dos fenômenos

estudados a partir da perspectiva interdisciplinar de modo a formar o trabalhador tanto para assumir os postos de produção como para assumir as lideranças nas fabricas e vida social ou outras atividades profissionais se assim desejarem.

Se por um lado há uma concepção de formação integral do sujeito nos documentos analisados, por outro lado há orientações nos mesmos textos para uma formação mercadológica, na medida em que orientam para que seja implementado nas escolas um modelo de gestão baseado na Tecnologia Empresarial Socioeducacional-TESE que consiste na incorporação da tecnologia empresarial Odebrecht (TEO) pelas escolas públicas. Esse modelo foi implementado, em 2004, nos centros de educação integral de ensino médio em Pernambuco. (COSTA, 2012, p. 130)

Segundo os documentos em análise, a TESE traz para a escola uma estrutura da gestão empresarial estratégia, mas sem perder de vista a função de uma escola pública de qualidade, sendo o gestor um líder que deve implementar a Gestão Pública por Resultados “[...] em que o setor público adota uma postura empreendedora, voltada para o cidadão como cliente e buscando padrões de eficiência, eficácia e efetividade, com ética e transparência.” (CEARÁ, 2013,p. 14 e 15).

Na análise de César Lima Costa (2012, p. 144), a TESE compreende a escola como uma empresa, tanto no aspecto linguístico como de procedimento, o que não tem o caráter desinteressado, mas alinhado aos valores do capitalismo em suas feições contemporânea, uma vez que

[...] a TESE como proposta educacional empresarial tende, “mediaticamente”, a dar continuidade ao processo neoliberal com “novas” nuances, pois continua classicamente reafirmando a ineficiência do Estado, como instituição capaz de implementar políticas públicas necessárias à equalização dos problemas sociais, de um lado, e de outro, se oferece como parceiro no processo de gestão do sistema de ensino, mediante mecanismos que garantam formas ‘ eficiente e eficazes’ de formação humana, elidindo a idéia de que tais mecanismos consistem em processos regressivos de empresariamento da sociedade [...] (COSTA, 2012, p. 129)

Então verificamos que tanto as noções de currículo integrado sob os eixos estruturantes do ensino médio aparecem como concepções formativas para a organização do currículo das Escolas Profissionais do Estado do Ceará, como as concepções de formação para o capital por meio de uma gestão escolar baseada nos princípios empresariais que ignoram a noção de integração curricular ao passo que privilegia as concepções de uma educação baseada nos resultados quantitativos da educação, como o desempenho dos alunos em avaliações internas e externas.

Essa contradição revela os embates travados entorno da formação da classe trabalhadora no contexto do capitalismo, conforme destacou Sousa:

No capitalismo, a educação formal é regulada para a classe trabalhadora, mas isto não ocorre sem contradições, conflitos e tensões. Nesses embates, prevalecem, quase sempre, os interesses dominantes; mas, dependendo da conjuntura histórica, interesses de frações da classe trabalhadora também são atendidos. Com efeito, se pode dizer que a educação serve aos interesses de conservação societária, mas carrega consigo a capacidade de explicitar as contradições e

A educação profissional e tecnológica no Brasil revela com mais nitidez essas disputas entre os setores dominantes e dominados pela hegemonia da formação dos trabalhadores e os discursos antagônicos apresentados nos documentos, produzidos pela SEDUC, reproduz, claramente, esses embates.

A importância de identificar esses enfrentamentos consiste no fato de revelar ao profissional da educação os caminhos que podem ser percorridos por escolhas pedagógicas comprometidas seja com a formação integral do sujeito que possibilite uma educação emancipatória ou com a manutenção da ordem vigente por meio do ensino em que a prática e a teoria estejam desassociadas e a meta seja alcançar os resultados mensuráveis (notas nas avaliações ou fluxo de alunos de uma série para a seguinte) que traduzam a “eficácia” da educação pública.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A SEDUC apresenta concepções formativas antagônicas para as Escolas Estaduais de Educação Profissional. Se por um lado, considera a integração curricular, tendo por referência os eixos estruturantes do ensino médio que privilegiaria todas as dimensões do ser humano, conforme orienta as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica, por outro lado, apresenta a concepção de uma gestão voltada para resultados mensuráveis que indicariam o grau de qualidade da escola pública, sendo baseada na TESE.

Essa aparente contradição nada mais é do que o reflexo das disputas entre os setores dominantes e dominados pelo projeto de formação da classe trabalhadora que fica mais evidente nas propostas curriculares de educação profissional.

Reconhecer essas disputas é fundamental para que os professores e gestores escolares possam assumir, de forma consciente, posições pedagógicas por um ensino que promova a integração entre educação e trabalho ou por um ensino que esteja comprometido com a ordem capitalista, sendo, portanto, em última instância, uma escolha política que irá interferir na vida dos inúmeros jovens formados nas Escolas Profissionais do Estado do Ceará.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso: 11 de julho de 2019.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. **Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997**. Educação Profissional: legislação básica. Acesso: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso: 11 de julho de 2019.

BRASIL. Decreto n. 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta os artigos 36 e 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm. Acesso: 11 de julho de 2019.

BRASIL. Decreto n. 6.302 de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. Acesso: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm. Acesso: 11 de julho de 2019.

CEARÁ. **Relatório de Gestão “O pensar e o fazer da educação profissional no Ceará – 2008 a 2014”.** Fortaleza: Secretaria da Educação; Coordenadoria de Educação Profissional, 2014.

CEARÁ. **Referenciais para a oferta do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional da Rede Estadual de Ensino do Ceará.** Fortaleza: Secretaria da Educação; Coordenadoria de Educação Profissional, 2013.

COSTA, César Lima. **A integração do ensino médio à educação profissional técnica no Brasil e os rebatimentos no Estado do Ceará:** da aparência à essência. Fortaleza: UFC, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Contexto e Sentido Ontológico, Epistemológico e Político da Inversão da Relação Educação e Trabalho para Trabalho e Educação. **Revista Contemporânea de Educação**, vol.10, n.20, julho/dezembro de 2015.

KUENZER, A. Z. **Educação e Trabalho no Brasil o estado da questão.** Brasília: Reduc, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SOUSA, Antonia Abreu, Expansão da Educação Profissional no Brasil: Análise dos Instituto Federais de Educação, Ciências e Tecnologia- IFS. Educação e Formação para o trabalho no Brasil. In: SOUSA, Antonia Abreu; OLIVEIRA, Elenilce Gomes de; ARRAIS, Enéas; BESSA, Maryland (Orgs). **Educação e Formação para o trabalho no Brasil.** Fortaleza: Edições UFC, 2014.

SOBRE O ORGANIZADOR

WILLIAN DOUGLAS GUILHERME: Pós-Doutor em Educação, Historiador e Pedagogo. Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins e líder do Grupo de Pesquisa CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia”. E-mail: williandouglas@uft.edu.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acesso ao ensino superior 148
Ações afirmativas 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165
Alimentação escolar 6, 141, 144, 145, 146, 147

B

BNCC 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 223, 226, 227, 228, 231, 233

C

Carreira 70, 79, 93, 113, 119, 125, 126, 127, 128, 129, 153, 156, 182, 184, 185
Ciência 40, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 60, 79, 82, 83, 85, 87, 111, 119, 124, 125, 126, 129, 132, 168, 169, 171, 172, 173, 176, 177, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 214
Ciências humanas 24, 37, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 124, 206
Ciências naturais 43, 44, 50, 51, 164
Classe social 36, 37, 40, 56, 101
Conhecimento científico 43, 44, 45, 47, 49, 50, 51, 59, 68, 87, 93
Crise 40, 88, 89, 90, 155, 181, 182, 184, 186, 212, 238, 241
Crise docente 88, 89, 90
Currículo integrado 59, 61, 168, 169, 170, 171, 172, 175, 176, 177, 178, 179

D

Desconstrução 37, 39, 195, 197, 202
Direito 9, 47, 57, 80, 115, 125, 134, 135, 141, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 159, 163, 166, 172, 181, 182, 183, 184, 186, 189, 216
Direito à educação 9, 80, 115, 148, 149, 151
Docente 11, 12, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 26, 27, 31, 32, 43, 70, 88, 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 114, 115, 118, 124, 133, 134, 140, 141, 157, 162, 164, 188, 189, 192, 194, 210, 219, 223, 224, 225, 226, 229, 230, 231
Documentos do IFPA 168

E

Educação infantil 24, 25, 26, 29, 30, 34, 35, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 159, 196, 201, 204, 205
Educação musical 98, 99, 100, 101, 102, 104, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 221, 222, 252
Educação profissional 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 115, 152, 169, 171, 176, 179, 210
Educação Profissional e Tecnológica no Amazonas 77, 79
Educação superior 11, 17, 21, 78, 79, 80, 87, 95, 106, 147, 154, 159, 183, 186

EJA 148, 149, 150, 152, 153, 154, 155, 156

Enfermagem 16, 17, 18, 19, 22, 23, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 74, 75, 76, 124

Ensino 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 13, 14, 17, 18, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 33, 34, 35, 43, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 104, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 129, 130, 133, 134, 136, 139, 140, 141, 143, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 154, 155, 157, 159, 160, 162, 164, 165, 167, 170, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 182, 183, 185, 186, 188, 189, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 208, 210, 212, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 236, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 250, 251

Ensino aprendizagem 5, 88, 110, 123

Ensino de arte 195, 205, 206, 216, 233

Ensino superior 11, 12, 14, 17, 18, 20, 35, 81, 90, 94, 96, 97, 113, 116, 120, 122, 124, 126, 148, 150, 157, 159, 160, 162, 164, 165, 181, 182, 183, 185, 186, 194, 210, 212

Estágio supervisionado 23, 24, 27, 28, 30, 34, 35, 98, 99, 100, 101, 103, 210

Estereótipos 158, 184, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206

Expressividade 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 119

F

Formação acadêmica 81, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132

Formação continuada 33, 86, 105, 106, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 146, 148, 155, 188, 189, 194

Formação de professores 11, 13, 20, 22, 27, 33, 51, 52, 98, 104, 114, 115, 116, 133, 140, 147, 148, 157, 158, 159, 160, 162, 165, 188, 205, 209, 211, 216, 226

Formação integral 4, 54, 60, 61, 62, 128, 176, 179, 216

Formação profissional 23, 58, 64, 70, 71, 72, 109, 112, 116, 123, 152, 156, 162, 172, 177

G

Gestão administrativa financeira 1

Gestão compartilhada 1, 5, 8, 9, 10

H

Hora-atividade 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140

I

Identidade 9, 10, 20, 21, 22, 30, 31, 35, 36, 41, 94, 97, 112, 119, 131, 179, 181, 184, 185, 186, 222, 225, 228, 229, 232, 242

Integração curricular 54, 60, 61, 62, 176

M

Metodologias ativas de ensino 120, 188

O

Ontopsicologia 181, 182, 184, 185, 186, 187

P

Pedagogia universitária 11, 14, 20, 21, 115, 141, 194

Políticas públicas 61, 65, 70, 78, 79, 81, 82, 84, 86, 94, 148, 150, 156, 157, 159, 161, 162, 163, 165, 209, 212, 242

Pós-modernidade 36

Professor 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 48, 49, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 124, 125, 134, 136, 147, 149, 160, 163, 166, 170, 182, 183, 195, 196, 197, 199, 201, 203, 204, 206, 210, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 226, 228, 232, 236, 240, 246, 247, 250, 253

Projeto integrador 168, 169, 175, 176, 177

Promoção da saúde 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 147

Publicação científica 77, 81, 83

R

Regulamentações 141

T

Trabalho docente 11, 12, 18, 20, 21, 94, 112, 133, 140

U

Universidade 2, 11, 22, 24, 29, 33, 34, 35, 36, 41, 43, 54, 64, 87, 88, 91, 96, 98, 103, 105, 107, 110, 112, 117, 119, 120, 124, 125, 133, 140, 141, 148, 153, 155, 157, 162, 167, 179, 183, 194, 195, 197, 204, 205, 206, 209, 212, 213, 215, 223, 224, 239, 243, 253

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-666-9

